

2

Fundamentação Teórica

Nesta pesquisa, trabalhamos com base em Schultz (1979), a relação entre o conceito de signo e o conceito de léxico como nosso princípio norteador, pois o autor analisa o sistema de signos de cada cultura como um código da experiência dos indivíduos, expressivo e interpretativo de uma realidade, capaz de ser traduzido e comunicado. Sendo assim, acreditamos que ao definirmos esses sistemas de signos, socialmente construídos como nosso objeto de estudo, buscamos traços característicos da cultura brasileira.

2.1

Cultura, Identidade e Linguagem

Neste trabalho, seguimos o conceito advindo da Antropologia Social oferecido por Geertz (1973: 89 apud Lantolf, 2000: 30), que define a cultura como uma rede semiótica transmitida e construída historicamente pelos homens, que lhes permite se desenvolver, se comunicar e perpetuar seus conhecimentos, crenças e atitudes sobre o mundo. Ademais, também nos apoiamos em Santos (2003), que caracteriza a cultura como uma construção histórica resultante da vida em sociedade e um produto coletivo da vida humana.

Com base na Sociolinguística Interacional, Wierzbicka (1991:67) afirma que há uma relação entre a cultura e a linguagem, de tal forma que, podem ser percebidas diferenças culturais expressas na fala de diferentes grupos. Esta afirmação se relaciona com o pensamento advindo da Antropologia Cultural, defendido por Laraia (2005: 52), que apresenta a comunicação como um processo cultural, sendo a linguagem humana um produto da cultura.

Em uma abordagem psicolinguística, Kroskrity (2001:106) define identidade como uma construção linguística dos membros de um ou mais grupos sociais. Segundo o autor, critérios não-linguísticos podem ser significantes para a composição da identidade, assim como a linguagem e a comunicação. Além disso,

muitas vezes estes fatores se apresentam como cruciais para que os membros definam seu grupo e sejam definidos pelos demais componentes.

Na perspectiva da Psicologia Social, Cuche (1999: 177) afirma que a identidade é um instrumento que permite pensar a articulação do psicológico e do social em um indivíduo, exprimindo a resultante das diversas interações entre o indivíduo e seu ambiente social, próximo ou distante. Sendo assim, a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social. Ademais, Cuche e Kroskrity se apóiam na afirmação de que a identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente.

2.2

Casa e Rua

De acordo com DaMatta (1997: 15), *casa* e *rua* são categorias sociológicas para os brasileiros e estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por isso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. Segundo o antropólogo, as leituras pelo ângulo da casa ressaltam a pessoa, sua intensidade emocional é alta e a emoção engloba tudo, confundindo-se com o espaço social que está de acordo com ela. No contexto da *casa*, todos podem ter sido adversários ou até mesmo inimigos, mas o discurso indica que também são “irmãos” porque pertencem a uma mesma pátria ou instituição social.

Para DaMatta (1997:19), as leituras pelo ângulo da *rua* são discursos muito mais rígidos e instauradores de novos processos sociais, têm o idioma do decreto, da letra dura da lei, da emoção disciplinada que, por isso permite a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação. Com relação ao englobamento DaMatta se apóia na teoria de Louis Dumont (apud DaMatta, 1997:17) que consiste em uma operação lógica em que um elemento é capaz de totalizar o outro em certas situações específicas e segundo DaMatta, no caso brasileiro, a dinâmica é muito familiar, pois diante de problemas e relações, preferimos *englobar a rua na casa*, tratando a sociedade brasileira como se ela fosse uma “grande família”,

vivendo “debaixo de um amplo e generoso teto”, obedecendo naturalmente às leis e seguindo a liderança de quem produz o discurso que é, naquele momento, o “nosso líder” e o “nosso guia e pai”.

Seguindo os preceitos de DaMatta (1997: 17), o resultado do englobamento da *rua* pela *casa* é um discurso onde a pessoa, a casa e suas simpatias constituem a moldura de todo o sistema, criando uma imagem de estar acompanhado, de bondade e o mesmo tipo de englobamento é igualmente utilizado quando se trata de romper impasses institucionais ou legais, sendo um de seus elementos mais importantes do nosso “idioma de conciliação”, onde as questões são tratadas debaixo de um prisma pessoal, “caseiro”, familiar e doméstico. Quando ocorre o oposto, sofremos uma proibição inapelável com base numa lei e a sociedade *é englobada pelo eixo das leis impessoais* (e pelo mundo da *rua*), ficando o domínio das relações pessoais (a província da casa) totalmente submerso e vivemos situações críticas e em geral, autoritárias. DaMatta (1997:20) afirma que na *casa* podemos fazer coisas que são condenadas na *rua*, como exigirmos atenção para a sua presença e opinião, querermos um lugar determinado e permanente na hierarquia da família e requerer um espaço a que temos direito inalienável e perpétuo, pois em *casa* todos são “supercidadãos”.

2.3

Auto-percepção e Heteropercepção

Tendo como propósito a análise das diferenças existentes entre as definições de famílias apresentadas pelos informantes, trabalhamos com as concepções de auto-percepção, de Barbosa (1992:127) e de heteropercepção, de Torre dos Santos (2007:98). Barbosa e Torre dos Santos fazem uma distinção entre a auto-percepção e heteropercepção, sendo que Barbosa afirma que o indivíduo ao construir uma auto-percepção, ele constrói uma identidade auto-atribuída, enquanto Torre dos Santos indica que, ao construir uma heteropercepção, o indivíduo atribui uma imagem a um grupo. Ao compormos nossa pesquisa, também nos baseamos em Barth (1969), que afirma que devemos considerar a identidade auto-atribuída e a imagem atribuída a um grupo para chegarmos a um denominador comum que caracteriza a identidade verdadeira do grupo.

Em nosso trabalho, compreendemos que não há uma demarcação muito bem definida entre as categorias que correspondem às atribuições do grupo e o que é auto-atribuído, pois em geral, o indivíduo pertence a um grupo (Barth 1969 & Barbosa, 1992 IN Torre dos Santos, 2007). Sendo assim, optamos por considerar relevante a interação entre as duas diferentes identidades atribuídas à constituição da família brasileira e, de acordo com Porto (2006:24), acreditamos que há um espaço limítrofe entre a *casa* e a *rua*, compreendido neste presente estudo entre o *eu* e o *outro*, ou seja, a imagem que o informante possui de si mesmo e a imagem que ele constrói do coletivo, dos demais componentes da sociedade brasileira. Deste modo, assim como DaMatta (1993:146), acreditamos que devemos considerar o intermediário para encontrarmos as características peculiares à cultura brasileira.

2.4

Intimidade, Proximidade e Distanciamento

Segundo Wierzbicka (1991: 105), intimidade (*intimacy*), proximidade (*closeness*) e distanciamento (*distance*) são etiquetas sociais que variam de nível de prioridade em cada cultura. A intimidade ocorre quando o falante possui sentimentos positivos pelo ouvinte e os demonstram através da linguagem.

Nesta pesquisa, compreendemos a intimidade como uma tentativa de trazer o ambiente da *casa* para a *rua* e damos particular importância ao uso do léxico pertencente ao ambiente da *casa*, pois de acordo com DaMatta (1997:17), o brasileiro prefere englobar a *rua* na *casa*, tratando a sociedade brasileira como se ela fosse uma grande família. Ademais, para Wierzbicka, a intimidade pode implicar na proximidade, mas nem sempre estas etiquetas ocorrem simultaneamente.

A proximidade ocorre quando o falante e o ouvinte possuem grande nível de intimidade e não mais precisam demonstrar através da fala seus sentimentos e, além disso, por se conhecerem muito bem, eles sabem o que o outro sente.

Para Wierzbicka (1991: 108), em oposição à proximidade, temos o distanciamento e eles são demarcadores desenvolvidos para delimitar a distância social em relações interpessoais aplicados pela Psicologia Social. O distanciamento ocorre quando não há conhecimento interpessoal nem sentimentos

interpessoais entre duas pessoas e, além disso, neste trabalho, vemos o distanciamento como o fator que pode ocasionar o não reconhecimento dos membros como pertencentes à mesma família, como podemos verificar através da análise dos dados obtidos.

2.5

Família

Com base no conceito de cultura objetiva de Bennett (1998: 3), que corresponde à cultura transpassada, visível e consciente, podemos compreender que a família é um dos componentes da cultura, pois é percebida como uma instituição social por diversos autores.

Apoiando-se nos preceitos da Antropologia Social, Barros (1987: 20) define família como um grupo de pessoas que, unidas pelos laços do parentesco e da afinidade, estabelecem entre si códigos próprios capazes de fazer fluir inúmeras facetas de relacionamento. Barros ressalta a existência de comunhão de linguagem, o que segundo a autora reafirma a presença de uma história não só de laços de sangue, mas também de laços morais entre os elementos do grupo.

De acordo com sociólogo Kaloustian (2004: 13), a família é percebida não como um simples somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais, mas sim como um processo interagente da vida e das trajetórias individuais de cada um de seus integrantes. Kaloustian (2004:11) afirma que a sociedade brasileira continua valorizando a família, a qual permanece sendo um espaço privilegiado de socialização, onde seus componentes aprendem a exercitar a cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos.

Segundo Prado (1985: 7), a palavra família significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos ou ainda, pessoas do mesmo sangue, ascendência, estirpe ou admitidos por adoção.

Sobre os modelos de família, Prado (1985: 8) afirma que não encontramos na humanidade uma sociedade que tenha vivido sem alguma noção de família e, além disso, há vários tipos de família, mas a mais comum é a *família nuclear* composta por mãe, pai e filhos e que é vista como modelo na cultura exposta em livros infantis, filmes e na televisão, mesmo que na atualidade a realidade seja

bem diversa. Ademais, Barros (1987: 20) chama o mesmo grupo de *família conjugal*.

Prado afirma que mesmo o homem tendo passado por várias mudanças e adaptações pertencentes a sua evolução, a família subsiste mesmo que apresentando composição e hábitos diferentes. Esta aliança/instituição social apresenta uma grande capacidade de se moldar e de resistir aos diferentes modos que o homem escolhe para viver em grupo.

Segundo Parsons (1964), a estrutura da família nuclear se organiza em quatro papéis, mãe, pai, irmão e irmã, não existindo nenhum sistema social conhecido em que esses papéis não se encontrem discriminados uns dos outros. Segundo o autor, a eficiência dessa família depende do desempenho das funções desses papéis e de suas características.

Lévi-Strauss (1986) afirma que cada estrutura familiar apresenta uma cultura, diferenciando-se dessa forma de outras estruturas familiares e de outras culturas. Portanto, cada família se diferencia e se organiza de modo a estabelecer as interações necessárias para a sua sobrevivência, tanto do ponto de vista afetivo e emocional quanto do social, e o faz através do desempenho de diferentes papéis por parte de seus membros. Lévi-Strauss (1986) e Parsons (1964) se assemelham por acreditarem que esse modelo de família definida como uma estrutura funcional interage com outros sistemas mais amplos, configurando a imagem de uma cebola, sendo cada sistema equivalente a uma das camadas da cebola, envolvida por outra camada e assim sucessivamente.

De acordo com Prado (1985:19), temos os seguintes modelos de família:

1. *Família Nuclear* composta por pai, mãe e filhos;
2. *Família Homossexual*, que apresenta um casal de pessoas do mesmo sexo com crianças adotivas ou resultantes de uniões anteriores, ou no caso de duas mulheres, com filhos gerados através de inseminação artificial;
3. Família criada em torno de um casamento de participação, onde se apresentam o pai e a mãe assumindo atividades além das tradicionais e o marido e a mulher participam das mesmas tarefas caseiras e externas;
4. Famílias geradas através de casamento experimental, em que observamos a presença da união de pessoas que só legalizam o casamento após o nascimento do primeiro filho.

5. Família composta baseada na união livre, sem a formalização nem religiosa nem civil com o nascimento dos filhos; neste tipo de família, a união do casal é vinculada à duração do afeto ou interesse real e vivo entre o casal.

Sobre a família gerada por um casamento experimental, Prado (1985) afirma que este tipo de relacionamento não é considerado uma família antes do nascimento da primeira criança e que com a legalização do casamento, este grupo se transforma numa *Família Nuclear*.

O Institut Vanier de la famille (2000) afirma que uma mulher, seu irmão e uma criança que não tenha elos consangüíneos com eles não compõem uma família, mas de acordo com Janz (2000) esse grupo pode não ser considerado uma família pela sua forma e sim pela relação que eles têm entre si, ou seja, detectamos dentro desse grupo uma relação externa ao âmbito da genética e interno à questão da afetividade.

Auguste Comte (apud Singly, 2000) afirma que a família assume um papel de grande importância na sociedade, pois é dentro dela que os indivíduos se transformam em seres sociais através das relações de afetividade, pois o indivíduo aprende a se ver não exclusivamente sozinho e sim dentro de um limite que o permite considerar a existência o outro. Este fato pode ter conseqüências tanto positivas, transformando o ser repleto de características sociais positivas, quanto negativas, através, geralmente, da figura materna que, por se relacionar com os filhos de forma altruísta, pode gerar instintos egoístas nas crianças.

Lasch (1977) afirma que a procura de abrigo no santuário da família deve-se aos estragos promovidos pelo capitalismo nas formas de vida coletiva: “a família tornou-se um refúgio, representava o outro lado do alheio, do impessoal; as frustrações sofridas no mundo público deveriam ser compensadas no reino do privado” (Lasch, 1977: 29). Para o autor, a percepção burguesa do mundo do trabalho como frio e impessoal levou a uma exaltação da vida familiar, reflexo do alto valor que a sociedade moderna conferia à privacidade.

Com base em Kaloustian (2004), acreditamos que a família é indispensável para oferecer os aportes afetivos e materiais, além de garantir a sobrevivência, o desenvolvimento e a proteção de seus membros, independente da forma como esta instituição se estrutura. A família também possui um papel decisivo na educação formal e informal dos membros mais novos.

Numa abordagem da Psicologia sobre a questão afetiva que envolve a família, Prado (1985: 12) afirma que a família, como toda instituição social, apresenta aspectos positivos, enquanto núcleo afetivo, de apoio e solidariedade, mas apresenta, ao lado destes aspectos, características negativas como a imposição normativa através de leis, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas, o que a torna, muitas vezes, elemento de coação social, geradora de conflitos e ambigüidades.

Segundo Henriques (2004:53), uma peça fundamental para a compreensão da importância afetiva em torno da família consiste na díade pertencimento e proteção, como qualidades significativas na formação de vínculos do indivíduo. Esses valores remetem ao conceito de “lugar”, que Michel de Certeau (2000 apud Henriques 2004: 53) propõe e implica numa condição de estabilidade na qual os elementos que o compõem encontram-se relacionados uns aos outros, de forma que cada um tem um lugar próprio e distinto. Sendo assim, o lugar evoca a necessidade de pertencer e de desenvolver compromissos e lealdades, ou seja, estar num lugar é poder estar seguro e protegido.

Henriques (2004) afirma que as instituições contemporâneas diminuem sensivelmente a possibilidade de uma experiência de pertencimento especial e isso ocorre devido à excessiva rapidez das mudanças e à fragmentação dos laços que as unem aos indivíduos, fato esse que dificulta o enraizamento. Portanto, “tomar um lugar” e pertencer a ele passam a ser experiências desejadas e esperadas diante do desmantelamento das instituições.

Sobre a necessidade de busca de segurança e proteção, Bauman (2001) indica um percurso de reflexões acerca dos direcionamentos das necessidades e desejos do indivíduo no mundo de hoje. A esse universo de reflexões, Sennett (1974) traz a noção de comunidade ideal, que se realiza e representa no momento no qual as pessoas se abrem umas com as outras e assim criam um tecido que as mantém unidas, o que significa que sem abertura não poderia haver o laço social.

DaMatta (1983: 71) explica a evidência sobre a oposição *casa* e *rua*, que separa dois domínios ou universos sociais mutuamente exclusivos e eles podem ser ordenados de forma complexa. Segundo o autor, a *rua* implica movimento, novidade, ação, ao passo que a *casa* subentende harmonia e calma, o local de calor e afeto. Deste modo, os grupos sociais que ocupam a casa são radicalmente diversos daqueles do mundo da *rua*. Na *casa*, temos associações regidas e

formadas pelo grau de parentesco e relações de sangue e na *rua*, as relações têm um caráter indelével de escolha, ou que implicam essa possibilidade. Neste trabalho buscamos por dados que verifiquem a oposição apresentada por DaMatta como verdadeira ou não, pois acreditamos na hipótese de que os brasileiros tendem a trazer para o ambiente da casa, ou seja, da família as relações de afeto externas ao âmbito da consangüinidade.

No escopo da História e da Antropologia Social, Casey (1992) vê a família como uma organização muito mais ampla do que a definição de família nuclear de Prado (1985). Segundo ele, os contornos podem ser muito vagos. Casey afirma que na Idade Média havia vínculos de parentesco que ultrapassavam o lar e possuíam um significado político.

Baseando-se numa visão histórica a respeito da constituição da família brasileira, Samara (1998 : 7) aponta que esta seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência. Esse modelo genérico de estrutura familiar, denominado comumente de “patriarcal”, serviu de base para se caracterizar a família brasileira. Esta concepção de família, explorada por estudiosos como Gilberto Freire (1977) e Oliveira Vianna (1920), permaneceu tradicionalmente aceita pela historiografia como representativa, estática e praticamente única para exemplificar toda a sociedade brasileira, sendo esquecidas as variações que ocorrem na estrutura das famílias em função do tempo, do espaço e dos grupos sociais.

Por outro lado, Samara (1998: 8) aponta que estudos e pesquisas mais recentes têm tornado evidente que as famílias “extensas do tipo patriarcal” não foram predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simplificadas e com um menor número de integrantes. Isso significa que a descrição de família apresentada por Gilberto Freire (1977) como característica das áreas de lavoura canavieira do Nordeste foi impropriamente utilizada para identificar a família brasileira de modo geral. Em vista disso, após essa caracterização inicial, fez-se uma ligação pouco pertinente entre o conceito de família “patriarcal”, que passou a ser usado como sinônimo de família brasileira, do mesmo modo, a família brasileira passou a ser identificada, *a priori*, como uma família extensa.

De acordo com Fox (1972: 13), o estudo de parentesco como aspecto da estrutura social foi iniciado por juristas e estudiosos da jurisprudência comparada e por isso, até os dias de hoje os estudos de parentesco possuem muitos termos e conceitos jurídicos. Com base nestes estudos são elaboradas heranças, sucessões e casamentos e em toda sociedade há a proteção da transferência de propriedade para os parentes mais próximos e sendo assim, a proximidade do parentesco deve ser definida e estudada pelo Direito da Família. Segundo Fox, há um fascínio na humanidade pela árvore genealógica que indica as ascendências e descendências e assim, nos comprova que temos *raízes* no passado e mesmo que uma sociedade seja relativamente desparentalizada, os sentimentos de parentesco ainda permanecerão vivos.

Fox (1972) afirma que os estudos de parentesco e casamento têm aproximadamente duzentos anos e os referenciais mais antigos são de McLennan (1865), de Maine (1861) e de Morgan (1871) e afirma que os estudos de Lévi-Strauss assumem grande importância para a compreensão das relações de parentesco geradas por consangüinidade e por afinidade e aliança e nesta pesquisa, trabalhamos com base nas teorias de Lévi-Strauss e Morgan para analisarmos os dados relacionados ao grau de parentesco. Segundo Zonabend (1986: 17), o parentesco engloba o biológico e o social e sobre o biológico, Zonabend afirma que os laços que unem os genitores aos filhos são de consangüinidade e laços que unem os filhos entre si por intermédio dos genitores, de germanidade. Já o mesmo não acontece com os que, pelo casamento, unem um homem e uma mulher, que são chamamos de “conveniência” ou de *aliança* ou *afinidade*.

Segundo Morgan (apud Zonabend, 1986:19), podemos compreender que os graus de parentesco são definidos de acordo com a proximidade na árvore genealógica entre os membros da família e sendo assim, são considerados como parentes de primeiro grau pais, irmãos e filhos; de segundo grau, avós, tios, primos, sobrinhos e netos e de terceiro, bisavós, tios-avós, filhos dos tios-avós, netos dos tios-avós, filhos dos primos, filhos dos sobrinhos e bisnetos. A antropóloga afirma que o parentesco é acima de tudo um vocabulário, as primeiras palavras que a criança aprende e servem para designar as pessoas incluídas na categoria “parente” ou nos dirigirmos a elas. Este léxico de parentesco é acrescido de nomes próprios diversamente recebidos e transmitidos de parentes a parentes.

Segundo Zonabend, este conjunto de palavras e nomes é acompanhado de uma espécie de protocolo, não muito bem expresso, que dita o comportamento que cada qual deve manter face a um parente.

Lévi-Strauss (1973: 554) distingue o parentesco gerado por consangüinidade e pela afinidade e aliança. Segundo o antropólogo, há dois tipos de elos em tribos indígenas e eles apresentam em sua base a solidariedade mecânica, compostos por parentes de consangüinidade e os elos de solidariedade orgânica, constituídos por cunhados e amigos. Lévi-Strauss afirma que a solidariedade orgânica apresenta-se como o vínculo mais importante para a socialização, pois realiza uma integração maior se comparado ao modelo natural, composto por elos de consangüinidade. Lévi-Strauss (1980 apud Barros, 1987: 57) afirma que há dois átomos de parentesco, um composto por irmãos, pai, mãe e filhos e ocasionado por elos de consangüinidade e além deste, o átomo de parentesco pode apresentar uma ligação feita a partir de uma aliança matrimonial entre o esposo e a esposa.

Ao trazermos para a atualidade a definição de átomo de parentesco gerado por aliança, podemos concluir que o matrimônio perde seu valor social, pois há casais que se unem e moram juntos sem oficializar o elo entre eles através de uma cerimônia religiosa ou perante a lei, (Singly, 2000). Além disso, encontramos em estudos históricos sobre a família, o antropólogo Burguière (1986: 238), que faz uma distinção entre os elos de parentesco ocasionados por afinidade, chamados de parentesco espiritual, contraído através de relações de apadrinhamento e parentesco fictício, paralelo ou voluntário, criado através de práticas sociais diversas, assim como os irmãos de leite são considerados como parentes fictícios.

Na literatura que apresenta em seu conteúdo uma descrição sobre a família brasileira, encontramos Bacelar (2002) e Barros (1987), duas autoras que merecem destaque por apresentarem em seus estudos a relevância da presença dos avós na família brasileira. Barros pesquisa sobre o valor dos avós na formação dos jovens como grandes educadores, ao passo que Bacelar (2002) trabalha focalizando a importância marcante da avó e, além de categorizar esta presença na família brasileira, a coloca como ativa na família, pois, segundo a autora, é este membro familiar que passa traços culturais, além de também ser marcante na educação de filhos e netos.

Barros (1987: 11) afirma que, no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, a idade e a experiência constituem dados concretos para a mudança e a permanência de determinados valores familiares e assim se faz presente a importância da avó no contexto familiar, como catalisadora de todas estas variações e transmissora da cultura presente em cada família brasileira. Durante a sua vida, a avó assume um papel de educadora que previamente ensinou seus filhos e, posteriormente, assume o mesmo papel na família ao auxiliar seus filhos na educação dos netos, sendo assim uma personagem fundamental que aproxima as variadas gerações presentes no âmbito da família.

Em seus estudos, Bacelar (2002: 13) fez uma constatação sobre a presença da avó na sociedade brasileira como sendo fundamental e categorizou os dados de suas pesquisas apresentando quatro tipos de avós segundo sua situação de vida, isto é, de acordo com a sua habitação e situação financeira, mas deu grande importância à questão do domicílio, pois, de acordo com a autora, é onde reside o afeto. Bacelar nos apresenta as seguintes categorias: a avó que reside na própria casa, é independente financeiramente e dirige sua família; aquela que, apesar de possuir bens ou benefícios mora com os filhos; a avó completamente dependente dos filhos; aquela que reside em casas de repouso ou abrigos geriátricos.

2.6

A relação entre a família, a criança, a escola e o Estado

Sobre as relações entre os membros da família, para o sociólogo funcionalista Talcott Parsons (1955), a família está centralizada nas relações, garantindo o suporte emocional aos seus membros. Já Ariès (1960: 335) acredita que a difusão da escola gerou uma outra relação com a criança e também para a família, a partir do século XV, pois as realidades e os sentimentos da família se transformaram e anteriormente, acreditava-se que toda educação ocorria pela aprendizagem vinda do contato das crianças com pessoas que não eram seus pais, como jovens de sua idade e babás.

Assim como Singly (1993), acreditamos que a escola trouxe uma visão particular da infância em que as crianças além de aprender, podem se divertir e os adultos, em particular seus pais, devem zelar por elas. Com isso, a escola assume um papel de auxiliar da família na educação das crianças e compreendemos que,

mesmo que a escola geograficamente distancie a criança de sua família, também as aproxima afetivamente.

De acordo com o psicólogo Singly (1993: 33), a família perde seu papel de socializar a criança constantemente, pois desde o século XV, o Estado se propõe a intervir na família a fim de proteger a infância, reduzir os abandonos e zelar pela nutrição das crianças e deste modo. Neste trabalho, compreendemos que o Estado também contribui para unir a criança à sua família. Apesar de o Estado ter tido o objetivo de diminuir os elos de dependência da família à solidariedade de parentes e vizinhos, vemos que ele apenas contribuiu para aumentar a dependência da família do auxílio de juízes, psicólogos, professores e sociólogos.

2.7

O animal doméstico inserido na família

Com base na socióloga Pericchi-Epaud (2003 : 125), acreditamos que a relação entre os animais domésticos e seus donos é uma metáfora da relação familiar, pois os animais assumem o papel de companhia, preenchendo a lacuna social das relações familiares deficientes. Lestel (*apud* Perichi-Epaud, 2003) afirma que há três formas de comunidades híbridas: apropriação, domesticização e familiarização e que, além disso, há culturas específicas em cada associação entre homens e animais que variam de acordo com os diferentes povos e espécies.

O antropólogo Marcel Mauss (1967: 63) acredita que o homem tece relações alimentares e sociais com os animais e para Fontenay (1998 *apud* Perichi-Epaud, 2003: 130) a relação entre o homem e o animal está inserida no dispositivo intelectual ocidental, que nos divide entre alma e corpo. Segundo eles, esta atenção mútua permite a comunicação espontânea de emoções e uma transferência afetiva que permite aos adultos a expressão de um sentimentalismo que nem sempre é socialmente bem tolerado.

Concordamos com Perichi-Epaud, que afirma que o animal pode ser percebido no ambiente da casa como uma criança, por sua dependência do dono, pois o seu tratamento inclui o cuidado com a sua alimentação e higiene, porém acreditamos que a inclusão dos animais não se realiza apenas substituindo as crianças no âmbito da família (Herpin et Verger *apud* Perichi-Epaud, 2003: 147) e sim é criado um espaço social fundado pelo afeto entre os membros da *casa* /

família e os animais de estimação, o que pode originar uma visão do animal como portador de características humanas.

Segundo Foucault (1984: 1575), a tentativa de inserção de animais domésticos na família é uma heterotopia que consiste em lugares que não são irreais, como as utopias negativas e positivas, mas que são não separadas dos outros lugares ou colocadas de uma maneira estranha, delimitados como diferentes de todos os outros lugares aos quais eles se referem e dos quais eles falam, sendo eles uma imagem do enlace de uma alteridade radical de diferentes lugares.

Deste modo, percebemos a inserção dos animais domésticos como uma busca entre um lugar ideal e real, pois é uma partilha entre o espaço público exterior e o espaço privado interior através de uma relação que não é mais de homem com homem, mas de homem com animal. Portanto, acreditamos que chamar os animais de irmãos, filhos e netos indica que as relações entre os animais e o homem estão incluídas em um espaço limítrofe (Porto, 2006), entre o espaço confortável da família e o mundo desconfortável da sociedade.